



SINTAB

Sindicato dos Trabalhadores da agricultura e das indústrias  
de alimentação, bebidas e tabacos de Portugal



**AOS TRABALHADORES:**

N/ Refª: EAFR20200511\_001

Porto, 11 de maio de 2020

**Assunto: INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO – Casos recentes são a ponta de um grande iceberg.**

A realidade nas fábricas do país não se espelha nos planos de contingência apresentados pelas empresas e, mantendo-se os lucros como prioridade, é a saúde dos Trabalhadores e das suas famílias que se mantém sem proteção.

O SINTAB, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das indústrias da alimentação, bebidas e tabacos de Portugal, em paralelo com o esforço de acompanhamento acrescido aos Trabalhadores, tem tornado público vários exercícios de caracterização do impacto da crise epidemiológica nas várias vertentes do seu sector de abrangência. Nesse âmbito, a indústria da alimentação é aquela que nos tem vindo a preocupar por motivos diferenciados das restantes.

Em período de maior recolhimento doméstico, quer por via do dever de confinamento decretado, quer pelo recurso acrescido à prestação de trabalho em casa, vários setores da indústria da alimentação, nomeadamente as conservas, massas e carnes processadas e/ou embaladas, têm tido um considerável aumento dos lucros, publicitado, aliás, pelas próprias empresas.

Assim, aquilo que se apresentaria como encorajador e motivo de contentamento, tem de ser olhado à luz da realidade laboral na maioria das fábricas portuguesas:

1. Apesar dos elaboradíssimos planos excecionais de contingência orgulhosamente apresentados pelas empresas, na prática, e na evidência de necessidades acrescidas de produção, muitos destes trabalhadores têm visto a sua segurança ser posta em risco devido à falta de compromisso que as estruturas de gestão, habitualmente, têm com o cumprimento das regras de segurança. Esta contínua prática da publicitação de regras elaboradíssimas, apenas “para inglês ver”, tem sido fator catalisador das situações de contágio colectivo como as que assistimos na AVIPRONTO da Azambuja e na SOHI MEAT de Santarém;
2. Ainda a pretexto da crise, Empresas de massas como a CEREALIS, ou conserveiras como a POVEIRA, RAMIREZ, e ESIP, têm recusado que o crescimento exponencial dos lucros tenha reflexo quantitativo nos salários dos seus Trabalhadores, mantendo, na sua maioria, o recurso ao salário mínimo nacional como regra intocável.

Esta é a realidade que se estende à quase totalidade da malha industrial do sector da alimentação onde, somada a irresponsabilidade dos empregadores à falta de recursos e meios financeiros dos Trabalhadores, se prevê apenas um preocupante crescimento das situações de contágio coletivo por desvalorização direta das questões de segurança e saúde no Trabalho.

É por isso que, ainda que contra a opinião dominante imposta diariamente pelas publicações e programas de televisão, altamente ideológicas e em total concertação com o pensamento corporativo, importa exercer o aumento do esforço para a potenciação e convergência da capacidade reivindicativa dos Trabalhadores em prol de uma ainda maior insistência na luta pela melhoria de salários e direitos.

Na semana em que o Primeiro-Ministro reafirma a necessidade de aumentar a capacidade produtiva do país, ainda que estas afirmações entrem em contradição com a governação das últimas décadas, importa sobretudo assegurar que esse aumento se faz com a sustentabilidade que nos garantirá a melhoria da capacidade económica dos trabalhadores, bem como das suas condições de trabalho.

Sabemos que não serão os Órgãos governativos, por si, a potenciar uma realidade que, ainda que nestas alturas reconheçam necessária, jamais a aplicarão por contrária à ideologia do poder económico.

É por isso que identificamos o reforço sindical e da acção reivindicativa como, respetivamente, veículo e caminho para alcançar quaisquer ganhos do ponto de vista dos Trabalhadores, e estes virão na exata magnitude que, juntos, consigamos dar aos primeiros.

O SINTAB assegurará, nestas empresas, a exigência de aplicação imediata das medidas de protecção à saúde dos Trabalhadores, assim como respostas concretas aos cadernos reivindicativos já apresentados que visam, sobretudo, a melhor distribuição da riqueza gerada por quem trabalha.

A Direção Nacional.